



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Q-202 N AV.TEOTONIO SEGURADO, CONJ 1 LTS 1/2 CX. POSTAL 181 - Bairro PLANO DIRETOR NORTE - CEP 77006214 - Palmas - TO

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. Objeto.**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção corretiva de fragmentadora de papel, para procedimento de reparo das máquinas dos Cartórios Eleitorais e sede deste Tribunal, que se encontram com defeito, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Patrimônio	Descrição da Peça	Quant. de Peças
01	Fragmentadora de papel Marca New Unidet Modelo DT200C Série: 0000288	022.776	Módulo eletrônico	01
02	Fragmentadora de papel Marca New Unidet Modelo DT200C Série: 0000238	022.781	Módulo fonte	01
03	Fragmentadora de papel Marca New Unidet Modelo DT200C Série: 0000243	022.796	Módulo fonte/rodízio	02
04	Fragmentadora de papel Marca New Unidet Modelo DT200C Série: 0000255	022.795	Módulo eletrônico	01
05	Fragmentadora de papel Marca New Unidet Modelo DT200C Série: 0000287	022.762	Módulo fonte	01
06	Fragmentadora de papel Marca New Unidet Modelo DT200C Série: 0000250	022.771	Modo fonte alimentação	01
07	Fragmentadora de papel Marca New Unidet Modelo DT200C Série: 0000251	022.784	Fonte de alimentação e placa de comando	02
08	Fragmentadora de papel Marca New Unidet Modelo DT200C Série: 0000233	022.802	Kit engrenagens	01
<b>Total de Peças</b>				<b>10</b>
<b>Mão de obra dos equipamentos</b>				<b>08</b>

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, assim a natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos da norma.

1.3. Não haverá parcelamento do serviço, por se tratar de serviços de mesma natureza e de pequeno valor.

1.4. O prazo de vigência da contratação é o tempo necessário para o cumprimento do objeto.

**2. Fundamentação e descrição da necessidade da contratação.**

A contratação pretendida justifica-se pela necessidade de manutenção corretiva dos equipamentos, por se encontrarem inoperantes ou com defeito, considerando que o prazo de garantia das máquinas já foi expirado. Dessa forma, é necessária a contratação de serviço especializado para que sejam procedidos os devidos reparos.

### 3. Descrição da solução como um todo.

Contratação de serviço de manutenção corretiva de máquinas fragmentadoras de papel.

### 4. Requisitos da contratação.

#### 4.1. Sustentabilidade.

4.1.1. A Contratada deverá adotar todas as práticas necessárias para o cumprimento do objeto e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio destes produtos, seja da ordem fiscal, financeira, logística ou sustentável, ou outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.

### 5. Modelo de execução do objeto.

#### 5.1. Condições de execução.

5.1.1. Por ocasião da assinatura do contrato, a Contratada deve fornecer endereço de e-mail ou meios eletrônicos equivalentes, para recebimento das requisições.

5.1.2. Os equipamentos que passarem por reparo serão entregues na Seção de Patrimônio e Almoxarifado - SPA, Anexo II do TRE-TO, localizado na Quadra 112 Sul, Rua SR 03, Lote 32, Plano Diretor Sul - Palmas TO, CEP: 77.020-172.

#### 5.2. Prazos máximos para entrega após a requisição.

5.2.1. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de retirada até a entrega dos equipamentos, que será na Seção de Patrimônio e Almoxarifado - SPA, Anexo II do TRE-TO, localizado na Quadra 112 Sul, Rua SR 03, Lote 32, Plano Diretor Sul - Palmas TO, CEP: 77.020-172.

5.2.2. O material será recebido mediante aprovação da Seção de Serviços Gerais (SESEG), que deverá confirmar as características e as quantidades solicitadas, conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

### 6. Modelo de gestão do contrato.

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei de Licitações, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

### 7. Critérios de medição e pagamento.

#### 7.1. Medição.

7.1.1. A medição será procedida por unidade, de acordo com o dano constatado em cada uma das máquinas.

#### 7.2. Prazo de pagamento.

7.2.1. A Contratada deverá apresentar as notas fiscais com os serviços discriminados, até o 5º dia útil do mês seguinte ao mês da prestação dos serviços, ou em outra data, desde que seja escolhida por meio da empresa contratada.

7.2.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dias) dias úteis, após o protocolo de recebimento da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante a Contratante), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente.

### **7.3. Forma de pagamento.**

7.3.1. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos serviços prestados com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do gestor do contrato. O atesto do gestor do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento desta.

7.3.2. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente.

7.3.3. A Contratante somente pagará à Contratada o que for solicitado e executado.

7.3.4. Fica a empresa ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a situação da empresa quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, as quais deverão ser mantidas durante toda a execução contratual.

7.3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

## **8. Obrigações do TRE-TO.**

### **8.1. Compete à Contratante:**

8.1.1. Acompanhar a execução dos serviços ajustados à quem caberá atestar a fatura apresentada é a SESEG – Seção de Serviços Gerais;

8.1.2. Comunicar, imediatamente à Contratada qualquer irregularidade observada nos bens consertados;

8.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

8.1.4. Comunicar à contratada qualquer irregularidade constatada na execução do objeto deste contrato;

8.1.5. Pagar a contratada até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao recebimento da respectiva Nota Fiscal e Fatura, após o recebimento definitivo do objeto contratual pelo servidor designado para a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato.

## **9. Obrigações da Contratada.**

### **9.1. Compete à Contratada:**

9.1.1. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste Instrumento;

9.1.2. Não consentir que outrem, mesmo que da própria Administração, execute os serviços aos quais se obriga;

9.1.3. Sugerir medidas visando ao aperfeiçoamento da execução dos serviços;

9.1.4. Utilizar pessoal devidamente habilitado para os serviços contratados, correndo, por sua conta, quaisquer despesas de contribuição previdenciária, encargos trabalhistas e seguros, e outros, dos seus empregados;

9.1.5. Manter o equipamento em sua estrutura original;

9.1.6. Os custos de mão-de-obra e com os deslocamentos para os serviços deverão estar incluídos no valor global cobrado. A execução dos serviços de manutenção corretiva, fora do horário normal, aos sábados, domingos ou feriados, não ensejara à prestadora de serviço o direito de recebimento de quaisquer valores adicionais;

9.1.7. Por ocasião da efetiva prestação dos serviços, deverá a Contratada dispor do aparelhamento técnico e ferramental para os reparos e substituições que se fizerem necessários.

## **10. Penalidades.**

10.1. Caso o licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar condutas previstas em lei ou outro instrumento normativo.

10.2. As sanções de multa de mora e multa compensatória poderão ser cumuladas com as demais penalidades, nos termos do § 7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. Cabe ao Gestor ou ao Fiscal do contrato instaurar e instruir os processos administrativos de apuração de responsabilidade e eventual aplicação de sanção.

10.4. A aplicação das sanções administrativas previstas nesta cláusula não desobriga a Contratada do cumprimento de quaisquer obrigações previstas contratualmente e nem das responsabilidades civil e/ou criminal que seus atos ensejarem.

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

10.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.7. A recusa injustificada do fornecedor em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa compensatória no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da proposta e, se for o caso, à imediata perda da garantia de proposta, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.8. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, mediante o qual se garantirão o contraditório e a ampla defesa.

## **11. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor.**

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

11.1.1. O fornecedor será selecionado pela melhor Proposta, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

11.2. Exigência de habilitação:

11.2.1. A licitante deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica e fiscal, previstos neste Termo de Referência.

11.2.2. Participação ou não de empresas reunidas em consórcio: Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

## **12. Quantitativo e Valor estimados da contratação.**

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, com a finalidade de que os licitantes apresentem sua melhor proposta para o certame, nos termos previstos no art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das Propostas.

## **13. Adequação Orçamentária.**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do TRE-TO. A referida informação será realizada oportunamente pela unidade competente deste Regional.

## **14. Informações Complementares.**

As dúvidas referentes a este Termo de Referência poderão ser esclarecidas na Seção de Serviços Gerais, nos telefones (63) 3229-9796 e 9797.

**MARCOS CESAR DOS SANTOS FARIAS**

**Chefe de Seção**



Documento assinado eletronicamente em 06/02/2024, às 13:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

**WILSON ALVES PEREIRA**

**Técnico Judiciário**



Documento assinado eletronicamente em 06/02/2024, às 13:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **000012302138180** e o código CRC **665F42F7**.

---

0034541-56.2023.6.27.8000

000012302138180v3